

Deputado quer CPI da Funai

Surucucus (AM) — O pacote antidemarcação inclui pedido de abertura da CPI da Funai, que será apresentado na próxima semana por deputados da bancada amazônica na Câmara.

Um dos que encabeçam a proposta é o deputado Elton Rohnelt (PSC-RR), integrante da Comissão Externa da Câmara presidida por Jair Bolsonaro (PPR-RJ) para discutir a demarcação.

“Queremos saber quais os critérios utilizados pela Funai para definir o tamanho das reservas indígenas”, explica Rohnelt.

Ele disse que a iniciativa nada tem a ver com seu passado de garimpeiro em Roraima.

“Temos de combater essa expansão criminosa, reativando o projeto Calha Norte”, diz Bolsonaro.

“Hoje, as fronteiras estão desprotegidas porque as terras são dos índios. Temos de ocupá-las com pelotões do Exército e com famílias para garantir nossa soberania”, defende ele.

Missão — Rohnelt e Bolsonaro participaram da missão do último final de semana, que envolveu dois outros deputados, Antônio Feijão (PTB-AP), também ex-garimpeiro, e Gilney Viana (PT-MT), único inte-

Zuleika de Souza



Madeiro, presidente da Funai, está na mira do deputado Elton Rohnelt

grante da comissão a defender a demarcação das terras indígenas.

“Temos de respeitar a cultura e os costumes dos índios. Não se pode esquecer, por exemplo, que os ianomamis são nômades e necessitam de espaço para viver. Qualquer modificação nas terras dos índios vai prejudicar suas vidas”, alerta o petista.

“É um absurdo. No Amazonas, 35 milhões de hectares, 22,5% do ta-

manho do estado, são reservas indígenas, para uma população de apenas 43 mil índios”, reclama o deputado Nicias Ribeiro (PMDB-PA).

Ele disse ter recebido denúncia de que, nas reservas, os índios estão vendendo mogno para empresas madeireiras.

“Seus sócios, segundo o que me foi relatado, são funcionários da Funai”. (JV)

Madeiro admite irregularidade

Surucucus (AM) — O presidente da Funai, Dinarte Madeiro, confirmou ontem o envolvimento de funcionários da entidade não só na exploração irregular de mogno, mas também na de ouro e cassiterita. E informou que está agindo.

“Estamos investigando o que acontece no Vale do Javali, no Amazonas. Há suspeitas de envolvimento de funcionários na venda de mogno e de minérios”, disse o indigenista.

“No Vale do Guaporé, Mato Grosso”, continua, “uma ação judicial interrompeu a venda de minérios, também com suspeitas de envolvimento de nossos funcionários.

“No Pará, na região dos índios caiapós, outra ação paralisou esse tipo de atividade criminosa”.

Dinarte lembrou que, no ano passado, seis funcionários foram demitidos por contrabando de cassiterita extraída de reservas indígenas.

Quanto à proposta de criação da CPI da Funai, ironizou: “Uma hora, os parlamentares acusam a Funai de não agir. Outra nos acusam de agir demais, como no caso das demarcações”. (JV)